

Ignácio promete apoio à missão

Segundo o governador, o ministro Paulo de Tarso também veio pedir auxílio

RADANEZI AMORIM,
ANDRÉIA LOPES E LÚCIA GARCIA

O governador José Ignácio Ferreira (PTN) afirmou ontem, ao ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, que o Governo estadual está disposto a colaborar com a missão que veio combater o crime organizado. Ele revelou que Paulo de Tarso também pediu auxílio.

“O ministro disse que a missão veio preencher os espaços do Governo federal no Espírito Santo. A posição do Estado é de absoluta abertura e determinação minha no sentido de que colaborem”, acrescentou o governador, após a reunião com Paulo de Tarso no Palácio Anchieta.

O ministro, por sua vez, disse que foi até o Palácio para “oferecer apoio do Governo federal para o que Ignácio precisar”. “E também solicitar apoio dele para as medidas que se fizerem necessá-

rias para o combate ao crime. Eu não vim fazer cobranças ao governador. Ao contrário, vim apresentar ao governador a força policial federal que está aqui à disposição”, assinalou.

Insuficiente

Segundo Ignácio, Paulo de Tarso reconheceu que o efetivo da Polícia Federal é insuficiente e prometeu fornecer auxílio para aumentar o contingente no Estado. “Tudo isso o ministro se dispõe a ajudar. No momento em que se coloca isso à disposição da Polícia Federal, se fecha torneira de 80% da criminalidade.”

Para Ignácio, o aumento do efetivo da Polícia Federal no Espírito Santo é necessário para a redução da criminalidade. “Há disposições constitucionais que definem os espaços. E os espaços da União são claros: contrabando de armas, tráfico de entorpecentes. Temos que melhorar o contingente da Polícia Federal.”

De acordo com Ignácio, a ação da missão especial poderá auxiliar a atuação das Polícias Militar e Civil. “Quando a Polícia Federal e a Justiça Federal desempenham seu papel com eficácia, isso repercute na redu-

ção do trabalho da Polícia e da Justiça do Estado”, disse o governador.

Repasse

Outro assunto discutido no encontro com Ramos Ribeiro foi o repasse de R\$ 10 milhões para a área de Segurança Pública. Segundo Ignácio, um convênio no montante de R\$ 15 milhões já havia sido assinado com o Governo federal no setor, mas apenas R\$ 5 milhões foram enviados.

“Pedi que sejam repassados R\$ 10 milhões para a área de Segurança Pública. Foi pactuado e gostaríamos de receber”, relatou Ignácio. Segundo ele, a ação do Governo federal “já era esperada”. “Precisamos, e muito, da ação da União Federal aqui”, comentou.

Participaram da reunião com o ministro secretários de Estado de Segurança Pública, Edson Ribeiro, da Justiça, João Batista, os comandantes das Polícias Civil, Manoel Rodrigues, e Militar, Samuel Barbosa, entre outros. Eles fizeram uma exposição a Paulo de Tarso de medidas tomadas no Estado para tentar combater a criminalidade e reduzir a violência.



Nestor Müller

Colaboração

Durante reunião com Paulo de Tarso, José Ignácio (E) disse que o aumento do efetivo da PF no Estado é necessário para a redução da criminalidade

Bezerra espera que ES tome um novo rumo

Mãe dribla segurança e consegue audiência

‘Bandido na polícia é minoria’

O governador José Ignácio Ferreira (PTN) também afirmou ontem que policiais capixabas com ligação com o crime são minoria nas corporações. Segundo ele, o problema não atinge só o Estado.

“No Espírito Santo, há bandidos na Polícia Civil e Polícia Militar? Há. Mas são minoria residual, são quase nada. Temos que depositar confiança nos que são a maioria tão esmagadora, que está ajudando a vencer a minoria que enodou as corporações”, disse o

governador, após a reunião com o ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, no Palácio Anchieta.

Ignácio afirmou também que o Estado voltará a repassar as verbas para o Programa de Proteção à Testemunha (Provita). “São R\$ 20 mil, que já estamos providenciando. Não resulta de dificuldade, não foi mandado por alguma razão burocrática”, alegou.

O governador também comentou a situação de inquéritos e investigações paralisa-

das. “Quando chegamos ao Governo, tínhamos 15 mil inquéritos paralisados. Boa parte disso foi acionada. Naturalmente há inquéritos de crimes passados.”

De acordo com Ignácio, o Estado também faz a proteção de pessoas ameaçadas, mas não citou o número de protegidos. “O Estado tem o dever de atuar. Estamos fazendo isso com muita gente. Não tenho números comigo, mas isso é papel do Estado”, disse o governador.

O coordenador do seminário que debateu a situação das vítimas de violência no Espírito Santo, Jesus Alves Bezerra, disse ontem ao ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, esperar que o Espírito Santo “tome um rumo diferente”. A coordenadora do Centro de Combate às Vítimas de Violência (CEAV/ES), Tânia Maria Silveira, revelou que a entidade atendeu, desde janeiro, 48 vítimas de violência. O CEAV atua dando apoio psicossocial e jurídico, além de fazer encaminhamentos aos órgãos competentes, como delegacias.

Várias vítimas de violência compareceram ao seminário.

Maria das Graças Nascimento Nacort, presidente da Associação das Mães e Familiares Vítimas da Violência do Espírito Santo, foi a única participante do seminário realizado ontem no auditório da Rede Gazeta que conseguiu chegar perto do ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro. Ela cobrou providências sobre o assassinato de seu filho. A ativista despistou os policiais federais que realizavam a segurança do ministro e, chorando, agendou uma audiência com ele em Brasília.

“Senhor ministro, o meu

filho - Pedro Nacort Filho - foi assassinado por policiais com oito tiros. Quebraram o nariz dele e até hoje não fizeram nada. Eu preciso da ajuda do senhor”, disse Maria das Graças.

O ministro, que tinha acabado de chegar ao auditório e seguia para fazer a abertura do encontro, ouviu com atenção o relato de Maria das Graças e pediu que sua assessoria agendasse uma audiência com ela.

Para a presidente da Associação, conseguir marcar uma audiência com o ministro foi “um avanço”.

Combate ao crime organizado no Estado será como no Acre

Para o secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, os cinco procuradores que atuam na missão especial de combate ao crime organizado no Espírito Santo farão um trabalho semelhante àquele realizado no Acre - Estado onde o ex-deputado federal Hildebrando Pascoal teve o mandato cassado e foi preso.

“Os procuradores que vão atuar no Estado são da maior experiência e eu tenho certeza de que alguma coisa vai ocorrer. A Polícia Federal também está aí com gente da melhor qualidade”, disse Paulo Sérgio, que acompanhou a visita do ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, e participou do seminário “Integração das ações: Um serviço às vítimas da violência”, realizado no auditório da Rede Gazeta.

O arquivamento do pedido de intervenção federal no Espírito Santo não frustrou o secretário. Ele disse que, mesmo o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), do qual é vice-presidente, tendo aprovado a intervenção, “nada garantiria que ela de fato ocorreria”.

Denúncias

O secretário disse ainda que a missão especial “deverá reabrir processos, noticiar algumas pessoas, articular fa-



ABR

Experiência

No seminário realizado ontem, Paulo Sérgio elogiou procuradores que atuarão no ES

tos com alguns crimes e fazer denúncias de acordo com a legislação federal”.

“Se o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, tivesse encaminhado o pedido de intervenção ao Supremo Tribunal Federal, dificilmente, pelo regimento do Supremo, essa intervenção sairia neste ano. Com intervenção ou sem intervenção, o Governo federal está fazendo o que deveria

fazer”, afirmou.

Paulo Sérgio informou também que uma relatora especial para assuntos dos direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) estará no Brasil para acompanhar de perto a situação do Estado.

Caos

Também presente no seminário realizado na Rede Gazeta, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), classificou como caótica a situação de desrespeito aos direitos humanos no Espírito Santo. “A situação é caótica. Nós temos problemas de violência, de desrespeito aos direitos humanos, em todos os Estados da Federação. Entretanto, no Espírito Santo o grande problema é que acontece uma violação sistemática, perpetuada pelo crime organizado, que está contaminando o Estado.”

Uma delas, que preferiu não ser identificada, em entrevista para A GAZETA, disse que foi espancada e torturada por policiais militares. “Eu movi uma ação contra o Estado por danos morais e denunciei a situação, mas até hoje ninguém foi punido”, revelou. Um dos coordenadores do Fórum Reage Espírito Santo, Isaías Santana, disse que o número de pessoas que estão na lista dos ameaçados de morte subiu de 55 para 68. São juízes, promotores, advogados e cidadãos comuns.

O seminário sobre as vítimas da violência continua hoje, a partir das 9 horas. A primeira palestra é sobre a “Articulação de rede de serviços às vítimas de violência”.

Advogado de Itapemirim recebe ameaça

Cachoeiro - Sucursal - O advogado Marcos César Mendonça, que acompanha as investigações da morte do prefeito de Itapemirim, Dinowal de Rodrigues Peçanha Júnior, assassinado em maio de 99, denunciou ontem que vem recebendo ameaças de morte. Segundo disse à equipe de reportagem da *TV Gazeta Sul*, bilhetes vêm sendo deixados embaixo da porta do seu escritório. O advogado revelou ainda que não é a primeira vez que isso ocorre.

O pai da vítima, Dinowal de Peçanha, também disse que sua família vem recebendo ameaças por telefone. Ontem pela manhã, agentes da Polícia Federal estiveram em Itapemirim para garantir proteção ao advogado e às testemunhas de acusação que foram ouvidas durante audiência relativa à tentativa de homicídio, ocorrida um mês antes da morte do prefeito.

O delegado da PF José Valter Teixeira espera um relatório oficial dos agentes para definir se o caso será encaminhado ou não para a missão especial de combate ao crime organizado no Espírito Santo.



Nestor Müller

Choro

Maria das Graças, chorando, cobrou providências sobre o assassinato do filho

Delegado investigará lavagem de dinheiro

Um delegado especialmente designado para investigar a lavagem de dinheiro no Estado vai chegar ao Espírito Santo para compor a missão especial. A informação foi dada ontem pelo superintendente da Polícia Federal, Tito Caetano Corrêa. “Esse delegado vai trabalhar especificamente para rastrear a lavagem de dinheiro”, disse Tito, que não revelou quando chegará o novo delegado.

No dia 15, o superintendente já havia dito que a missão especial iria priorizar a investigação sobre lavagem de dinheiro. “Existem quatro inquéritos policiais sobre lavagem de dinheiro em tramitação na Justiça. No Estado, o que tem de crime organizado é a lavagem de dinheiro. Temos que dar ênfase a isso. Como cancelar a legalização do dinheiro sujo”, disse Tito.

Ele adiantou também o que cada um dos cinco delegados da missão especial, que já estão no Estado, devem fazer. “Tem um delegado específico para dar continuidade à apuração do Caso Marcelo Denadai - advogado assassinado em abril -, outro

específico para ações de inteligência, um delegado para assuntos de entorpecentes, outro para assuntos de crise - responsável pelos agentes federais do Comando de Operações Táticas (COT) - e um para coordenar todos eles, que é o delegado José Paulo Rubim Rodrigues”, detalhou Tito Caetano.

INTERNET

PF lança três endereços na Net

A Polícia Federal lançou ontem três endereços eletrônicos para que a população possa fazer denúncias sobre o crime organizado. São eles: denuncia.sresdpf.gov.br; denunciafederal.sres@dpf.gov.br e denuncia.federal.sres@dpf.gov.br. Mesmo com os endereços eletrônicos, o serviço disque-denúncia da missão especial continua funcionando através do telefone 3314-4490. Até às 18 horas de ontem, o serviço tinha recebido 249 informações.

GARANTIA

‘Proteção à Testemunha’ terá repasse

Hugo Mello, diretor do Departamento de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, também acompanhou a visita do ministro Paulo de Tarso ao Espírito Santo. Ele participou da reunião de Paulo de Tarso com o governador José Ignácio Ferreira (PTN) e disse que o governador se comprometeu em repassar a parcela que está devendo ao Programa de Proteção à Testemunha. Sobre os indicadores de criminalidade apresentados pelo Governo do Estado, Hugo Mello disse que eles indicam a diminuição de alguns índices. “Mas isso são coisas distintas. Uma coisa é o Estado diminuir o índice de criminalidade e outra coisa é o efetivo combate ao crime organizado que tem de ser feito em caráter permanente”, assinalou.